

O SISTEMA EDUCACIONAL COMO ESTRUTURA DE (RE)PRODUÇÃO DOS PAPÉIS DE GÊNERO

Thiago da Silva Rocha ¹
Ana Clara Pinheiro Silva Amorim ²
Fernando Menezes Lima ³

RESUMO

Historicamente há na sociedade a influência do patriarcado na construção e evolução social humana, impactando diretamente a imagem feminina e no seu papel social, familiar e profissional. Fruto desse mesmo sistema patriarcal, também tem origem as relações desiguais entre homens e mulheres, que são perceptíveis desde o momento de seus nascimentos e são reforçadas cotidianamente pelas instituições como a família, a escola e a igreja. Esta pesquisa teve como objetivo analisar a entidade escolar e o sistema de ensino como possíveis estruturas responsáveis pela construção, manutenção e reprodução dos papéis de gênero criados pela sociedade. Por ser a porta de entrada ao sistema de ensino, a escola se faz uma instituição de grande importância e a ideal para que se inicie as discussões e o combate a esse estigma, entretanto ainda é uma estrutura que auxilia em sua reprodução, geralmente estando saturada das velhas concepções preconceituosas sobre o homem e a mulher, construídas com base nas diferenças de sexo. O presente trabalho foi desenvolvido a partir de abordagem qualitativa, fazendo uso de pesquisa bibliográfica, análise de artigos, periódicos, pesquisas e livros sobre o referido tema. Ao final, compreende-se como resultado a constatação de uma estrutura de ensino cúmplice do sistema patriarcal e incapaz de proporcionar uma educação libertária que forme o ser humano para a defesa da igualdade e da liberdade.

Palavras-chave: Sociedade, Patriarcado, Gênero, Ensino.

INTRODUÇÃO

A partir do ponto de vista das ciências sociais, o gênero é entendido como aquilo que diferencia socialmente as pessoas, é a construção social do sexo, levando em consideração os padrões histórico-culturais atribuídos para os homens e para as mulheres.

Na espécie humana há a caracterização de masculino e feminino de acordo com o sexo, porém, ser homem ou ser mulher é uma característica condicionada pela cultura. O sexo é dado às pessoas pelas suas características biológicas, já o gênero é a consequência do sexo em uma determinada sociedade. Por ser um papel social, o gênero pode ser construído e desconstruído, ou seja, pode ser entendido como algo mutável e não limitado, como define as ciências biológicas.

¹ Graduando do Curso de Direito da Universidade Regional do Cariri - URCA, thiagoosilva38@gmail.com;

² Graduanda do Curso de Direito da Universidade Regional do Cariri - URCA, anaclarapinheiro@email.com;

³ Professor Orientador: Mestrando em Educação da Universidade Regional do Cariri - URCA, fernando.menezes@urca.br;

Dessa forma, a concepção da identidade social de gênero de cada sujeito obedece às características que a sociedade atribui a homens e mulheres, fazendo com que esses indivíduos assumam funções e atividades de acordo com o que é aceito e admitido natural em função do seu respectivo sexo.

A incorporação dessa ideologia acontece cotidianamente desde o momento do nascimento de cada pessoa. A partir do presente estudo observa-se que ela é produzida e reforçada pelas estruturas da sociedade, sendo apontada como a principal delas: o sistema de ensino e a escola.

Homens e mulheres são educados desde a infância de formas diferentes, seja através dos brinquedos que lhes são ofertados, das brincadeiras permitidas para eles e proibidas para elas, dos comportamentos tido como corretos para cada um, etc. Tais ensinamentos vão gradativamente resultando em desigualdades que influenciam diretamente a vida das pessoas, mais diretamente a das mulheres. As mulheres, ainda hoje possuem salários menores, mesmo quando desempenham as mesmas funções que os homens, possuem uma representação política bastante reduzida, estão mais sujeitas à violência e situações de dominação, entre tantos outros problemas.

Através desta pesquisa, buscou-se discutir, analisar e evidenciar o sistema educacional e a escola enquanto estruturas responsáveis por auxiliar a produção e reprodução em massa da ideologia patriarcal e dos papéis de gênero, sendo o ponto de partida para a normatização dessas práticas e da dominação masculina.

As discussões sobre as relações de gênero, no ambiente escolar, devem estar embasadas, sobretudo, no objetivo de reverter esse quadro.

METODOLOGIA

Esta é uma pesquisa qualitativa, desenvolvida por meio de métodos mais relacionados com a interpretação propriamente dito, efetivada inicialmente através de revisão bibliográfica, pois é necessária uma atualização nas leituras sobre a temática para que assim seja possível avançar na construção do conhecimento. Quanto às fontes utilizadas para coletas de dados, esta pesquisa também é um estudo documental, caracterizada pela utilização seja de documentos impressos ou textos normativos.

A partir de um levantamento bibliográfico, referente à educação e problemáticas de gênero, bem como a análise de artigos científicos, livros, pesquisas empíricas e sites voltados

ao mesmo tema tornou-se possível estudar e compreender o problema, em seguida fora realizada a análise dos dados coletados tornando possível a sua compreensão e diagnóstico.

DESENVOLVIMENTO

O patriarcado, enquanto ideologia dominante e construção histórica socio-cultural, propaga a supervalorização do homem em detrimento da mulher. De acordo com Saffioti, “o patriarcado é um sistema de relações sociais que garantem a subordinação da mulher ao homem” (SAFFIOTI, 1987, p. 16). O que se mostra evidente na nossa coletividade é, justamente, a construção da diferença entre os sexos, que reforça o conceito de dominação, além de evidenciar uma visão moralista em que o homem pertence ao convívio social e espaços de poder, enquanto a mulher pertence ao lar e é responsável pelos afazeres domésticos.

Sob o prisma da cultura patriarcal, o homem detém o poder sobre a mulher, desde a sociedade romana, enquanto “paterfamilia” exercia a “*pátria potesta*”, *poder absoluto* sobre os filhos e a “*manus*” sobre a esposa, ou seja possuía o poder marital, e por conseguinte, concentrava assim todo poder dentro da família. As mulheres tentam fugir do padrão imposto e trilhar caminhos diversos do prescrito pelas normas sociais, porém, para a execução do projeto de dominação-exploração por parte dos homens, o patriarcado exige o auxílio de outros acessórios, como a violência, pois a ideologia patriarcal por si só é insuficiente para garantir a obediência das mulheres aos ditames do patriarca (SAFFIOTI, 2002).

Violência de gênero é aquela exercida por um sexo sobre o sexo oposto, em geral, refere-se à violência contra a mulher, posto que as mulheres são notadamente vulneráveis em relação aos homens no prisma social. Também pode ser entendida como um meio de impor comportamentos femininos às mulheres e masculinos aos homens, prática que se inicia na educação desenvolvida dentro da família e depois é transmudada, incorporada e reproduzida nas práticas pedagógicas de ensino-aprendizagem na escola. Consequentemente, a violência de gênero na escola pode assumir várias facetas, como a imposição de comportamentos masculinos e femininos, por exemplo.

Embora a violência de gênero seja em sua maioria relacionada ao contexto doméstico, ela também pode se manifestar no âmbito de ensino de formas diversas. Como podemos ver:

O espaço escolar é um espaço relevante e que produz, reproduz, reafirma, destrói e legitima imagens e representações de gênero e sexualidade” (2009, p. 37). Assim, o ambiente escolar pode reproduzir a imagem da mulher como cuidadora, passiva e frágil ou do homem como dominador, competitivo, controlador. Ademais, a diversidade sexual no ambiente escolar se tornou um elemento de discussão quando a violência de gênero é abordada, considerando que o gênero não é definido pelo sexo

biológico (identificado pelo órgão genital masculino e feminino) e sim pela identidade sexual e pela forma com que a pessoa/criança/adolescente se percebe. (BABIUK et.al., 2013, p. 285)

Em sua prática, a escola acaba por se configurar como um aparelho de reprodução da cultura e ideologia dominantes, através da qual são normativizadas e naturalizadas padrões heteronormativos de atributos e comportamentos independente das diferenças sociais e culturais dos educandos. De acordo a isso:

Os sujeitos, desde a mais tenra idade, encontram-se inseridos em práticas de significação – família, escola, mídia, saúde, entre outras – que, conforme o sexo/gênero ensinam tipos de comportamentos, brincadeiras, desejos, valores, pensamentos, vestuários, inscrevendo a sexualidade nos corpos. Essas práticas de significação vão constituindo os sujeitos ao longo de toda a vida, funcionando como um amplo domínio simbólico, no qual e por meio do qual dão sentido às suas vidas e suas subjetividades são produzidas e transformadas. (RIBEIRO, et.al., 2009, p.197)

O espaço escolar mantém relações e práticas norteadas pelos valores e costumes sociais, os quais são intrinsecamente vividos por cada um desses estudantes. Dessa forma, os papéis de genero construídos historicamente, são reforçados cotidianamente.

A escola, enquanto instituição social, é imprescindível para a formação das pessoas. Dessa forma, não pode estar isenta da discussão de determinados temas, dentre eles as desigualdades de gênero e a diversidade sexual. Diniz cita que “(...) o gênero é uma produção social, aprendido, representado, institucionalizado e transmitido ao longo de gerações” (DINIZ, 2004, p. 27), pois é necessário desconstruir a cultura hegemônica que preserva os padrões de reprodução da desigualdade e da violência institucionalizada.

De acordo com Ferreira e Luz (2009), as meninas são ensinadas a se conter e agir de forma delicada, além de um papel nato de fragilidade e sensibilidade. Por outro lado, aos meninos são admitidos o oposto disso, a hostilidade e os excessos, pois tais comportamentos são considerados naturais ao sexo masculino, o que os atribui o papel de competitividade e dominação. Neste sentido, podemos afirmar que “O espaço escolar é um espaço relevante e que produz, reproduz, reafirma, destrói e legitima imagens e representações de gênero e sexualidade” (FERREIRA E LUZ, 2009, p. 37). Assim, o ambiente escolar acaba por reproduzir tais esteriótipos admitidos aos homens e mulheres.

O debate acerca da instituição escolar resulta em um tema recorrente, principalmente pela sua dualidade, podendo ser uma estrututra de reprodução, que contribui para a conservação desse *status quo* ou podendo também ser transformadora e colaborando para a sua renovação. Em certo ponto de vista, toda educação é uma forma de reprodução, seja de valores ou

habilidades, mas ao mesmo tempo é transformadora já que nenhuma sociedade é capaz de evoluir sem ela. Neste pensamento:

Pela educação o ser humano aprende como se criam e recriam as invenções de uma cultura em uma sociedade. Cada povo, cada cultura, apresenta sua educação. Ela pode ser imposta por um sistema centralizado de poder ou existe de forma livre entre os grupos. Pela educação se pensa tipos de homens, pois ela existe no imaginário das pessoas e na ideologia dos grupos sociais, cuja missão é transformar sujeitos e mundos em algo melhor a partir da imagem que se tem uns dos outros (BRANDÃO, 1984, p. 112).

Diante disso, a educação adquire teor de um elemento conservador da sociedade, entretanto, não deve ser vivenciada dentro de limites, independentemente do contexto social, político e econômico da sociedade, devendo ser assumida como parte conjunta de um sistema, pois é usada de acordo com seus interesses. Esses fatos fazem do sistema educacional um dos maiores instrumentos de dominação em massa, perdendo apenas para as mídias como redes sociais e televisão, que são acessadas por muito mais pessoas do que o sistema educativo. Nesse contexto, Delors explica que:

Um dos principais papéis reservados à educação consiste antes de tudo, dotar a humanidade de capacidade de dominar o seu próprio desenvolvimento. Ela deve, de fato, fazer com que cada um tome o seu destino nas mãos e contribua para o progresso da sociedade em que vive, baseando o desenvolvimento na participação responsável dos indivíduos e das comunidades (DELORS, 2004, p. 28-29).

Diante disso, podemos apontar que as instituições como a família, a escola e a igreja são peças fundamentais na formação e educação de indivíduos e justamente por isso, também o são na transmissão de valores e da cultura de gênero. “Essas instituições alimentam um conjunto de valores conservadores sobre o comportamento de homens e mulheres engendrado por meio da educação familiar, religiosa e escolar [...]” (CISNE E BRETTAS, 2009, p. 61).

É dentro do ambiente familiar que tem início o processo de condicionamento das crianças, dessa forma, elas aprendem desde a infância os papéis do que é ser homem ou mulher, designados a partir de suas diferenças biológicas e determinando seus respectivos lugares dentro da cultura hegemônica patriarcal. Dessa forma, há a criação de relações e representações simbólicas do lugar do homem e da mulher na sociedade, afirmando, assim, uma naturalização dessas divisões de locais, deveres e papéis sócio-culturais criados, consideradas “femininas ou masculinas”.

A concepção do que é admitido ao homem ou a mulher é demarcada gradativamente no âmbito familiar, o que na maioria das vezes, acaba por desvirtuar até mesmo as noções da realidade. Desse modo, são produzidas as coisas de meninas e coisas de meninos separando assim, os brinquedos, as cores, as roupas, os espaços, dentre outras.

Nessa perspectiva, é desde o momento do descobrimento do sexo da criança, antes mesmo de seu nascimento, que o processo de construção dos gêneros têm início, sendo coibidas a assumirem papéis por meio das definições do que é masculino e feminino, como afirma Cisne e Brettas:

A construção do que devemos ser como homens ou mulheres inicia-se anteriormente ao nosso nascimento. Isso se processa desde as mais simples definições do que é masculino ou feminino. A cor do enxoval e os brinquedos do quarto do bebê, escolhidos segundo o sexo, vêm acompanhados da definição das qualidades sociais e posturas que cada um (a) deve corresponder para ser bem aceito(a) socialmente e caracterizado (a) como “normal” (CISNE E BRETTAS, 2009, p. 65).

Ademais, a diversidade sexual no ambiente escolar se tornou um elemento de discussão quando a violência de gênero é abordada, considerando que o gênero não é definido pelo sexo biológico (identificado pelo órgão genital masculino e feminino) e sim pela identidade sexual e pela forma com que a pessoa/criança/adolescente se percebe. Muitas vezes, a criança/adolescente que não age conforme as condutas aceitáveis para seu sexo biológico - como um menino brincar com a boneca das colegas, por exemplo - recebe o olhar repreensor do/da educador/educadora. Ainda, pode sofrer violências verbais, físicas e psicológicas, protagonizadas pelos/pelas colegas, visto que este comportamento é considerado inaceitável na sociedade patriarcal e machista. Em suma, a criança/adolescente que não se enquadra no padrão da heteronormatividade, torna-se alvo de discriminação e preconceitos, advindos dos mais diversos atores sociais, porque são formas disseminadas na sociedade também, inclusive inseridos nas instituições de ensino.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Como exposto, a influência do patriarcado e as problemáticas de gênero no corpo social propiciam às nossas crianças e adolescentes um ambiente escolar discriminador, permeado de ideologias arcaicas e ultrapassadas de reprodução da cultura hegemônica. Na prática, com raras exceções, as escolas e o sistema de ensino se configuram como estruturas responsáveis pela construção, manutenção e reprodução dos papéis de gênero criados pela sociedade.

Dentro desse sistema social, homens e mulheres são educados desde a infância para se adequarem à papéis que correspondam aos seus respectivos sexos biológicos, afirmando desde cedo uma visão moralista em que o homem pertence ao convívio social e aos espaços de poder, enquanto a mulher pertence ao lar e é responsável pelos afazeres domésticos e pela maternidade.

A educação é primordial ao processo de socialização, formação e emancipação social de pessoas, podendo ser o princípio ativo no desenvolvimento de consciências críticas ou

podendo também reproduzir o que há de mais submissivo nos costumes e culturas de cada coletividade.

Desta forma, a instituição escolar se faz cúmplice de todo um processo histórico de dominação e submissão das mulheres ao homem e à sociedade patriarcal, que em pleno século XXI ainda vigora, auxiliando principalmente na sua normatização e gerando condições propícias para a perpetuação do patriarcado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O sistema de ensino de maneira ampla precisa ser reconstruído com novas formas de pensar, incentivando e promovendo a reflexão crítica nas crianças e adolescentes que dela participam. É necessário tornar a escola promotora do respeito às diferenças, para assim eliminar todas as formas de preconceito em seu ambiente.

Trata-se, na verdade, de objetivos de uma educação comprometida com a formação integral dos estudantes. Pensar um currículo multicultural que trabalhe com as diferenças e com as diversas lógicas que regem as relações sociais, para formação de indivíduos valorizadores da diversidade cultural e aptos a se inserirem, num mundo plural, conflituoso, e em permanente mudança. No entanto, para se alcançar esses objetivos é necessário redefinir as relações entre professores e alunos, bem como o debate sobre o papel da escola na promoção da equidade entre os gêneros.

Entretanto, a escola não pode ser exclusivamente responsabilizada por todos os problemas existentes no campo de debate dos papéis de gêneros, ela é, na verdade, um reflexo dos costumes e cultura da sociedade. O ambiente escolar é um local importantíssimo para se discutir as problemáticas da sociedade atual e provocar o rompimento desses padrões.

Deste modo, fica evidente a carência de se construir uma educação libertária e emancipada, que forme o ser humano para a defesa da igualdade e da liberdade, numa busca constante de desvelar as relações sociais desiguais de gênero na sociedade. Nesse sentido, cremos na importância da educação libertária, na qual os seres humanos sejam capazes de respeitar as diferenças, sem transformá-las em desigualdades.

REFERÊNCIAS

BABIUK, G.A. Violência de gênero nas escolas: implicações e estratégias de enfrentamento. XI Congresso Nacional de Educação – EDUCERE, Curitiba, 23-26/09/2013. Disponível em: https://educere.bruc.com.br/ANAIS2013/pdf/9780_6604.pdf, acesso em ago/2019.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. 12 ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.

CISNE, Mirla e BRETTAS, Tatiana. Que homens e mulheres educamos?. P 61-77. In: TAVARES, Jean Mac Cole e MARINHO, Zacarias (orgs). **Educação, saberes e práticas no oeste potiguar**. UFC, Fortaleza, 2009.

DELORS, Jacques. **Educação**: um tesouro a descobrir. 9. ed. São Paulo: Cortez, Brasília/DF: MEC; UNESCO, 2004.

DINIZ, M.; VASCONCELOS, R. N.; MIRANDA, S. A. O que produz o silenciamento das mulheres no magistério? In: DINIZ, M.; VASCONCELOS, R. N.. **Pluralidade cultural e inclusão na formação de professoras e professores**: gênero, sexualidade, raça, educação especial, educação indígena, educação de jovens e adultos. Belo Horizonte: Formato, 2004. p. 22-46.

FERREIRA, B.L.; LUZ, N. S. da. **Sexualidade e gênero na escola**. In: LUZ, N. S. da; CARVALHO, M. G. de; CASAGRANDE, L. S. (orgs.) Construindo a igualdade na diversidade: gênero e sexualidade na escola. Curitiba: UTFPR, 2009.

RIBEIRO, P.R.C. A ambientalização de professores e professoras homossexuais no espaço escolar. In: **Diversidade Sexual na Educação**: problematizações sobre a homofobia nas escolas Brasília-DF: SECAD/UNESCO, 2009.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **O poder do Macho**. São Paulo: Moderna, 1987.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero** In: Estudos feministas, Santa Catarina, 2002.